



Minuta da Acta nº 22/2008

	Presentes	Faltas	
		Justif.	N Justif.
Presidência ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO	P		
Vereadores FERNANDO JOSÉ DE VASCONCELOS ARROBAS DA SILVA		F	
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS	P		
JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO	P		
UMBERTO PEREIRA PACHECO	P		
PEDRO LUÍS CONDE CALDEIRA SANTOS	P		
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO	P		
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA	P		
MARIA CARLA DE CARVALHO VALENTE DE ALMEIDA	P		
ARTUR MARTINS FERREIRA	P		
MANUEL HENRIQUES BRIGUE FERREIRA DE ANDRADE	P		

Observações:

Hora de Abertura: 9 horas e 50 minutos

1. Actas de reuniões Anteriores:

- Apresentação: {
 - Acta nº 19/2008, de 8 de Setembro;
 - Acta nº 20/2008, de 22 de Setembro;
 - Acta nº 21/2008, de 29 de Setembro.

- Aprovação:
 - ↳ Acta nº 18/2008, de 25 de Julho, que foi aprovada por unanimidade.

2. Balancete

Resumo Diário da Tesouraria nº 188 de 03 | 10 | 2008

Operações Orçamentais	€ 32 061 675,27
Operações Não Orçamentais	€ 2 620 047,13

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Início 9:51

1- DESLIZAMENTO DE TERRAS OCORRIDA EM CONSTRUÇÃO SITA NA RUA DA BEIRA LITORAL.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA referiu que há largos meses atrás ocorreu um deslizamento de terras em construção sita na Rua da Beira Litoral e só ao fim de 4 ou 5 meses apareceu uma máquina para remover as terras. Apesar de ter sido construído um muro para conter aquelas terras, aquilo está uma vergonha. Pretendia saber o que é que a Câmara pensa fazer quanto a esta situação, porque é uma vergonha haver um deslizamento de terras em duas vivendas novas e que revela alguma irresponsabilidade da parte dos técnicos responsáveis pela obra.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA disse que desconhecia a situação relatada pelo Sr. Vereador e pedia que quando elas se verificassem o contactasse. Como não conhece este assunto, vai averiguar e depois dará uma informação

2- BAIRRO DO OUTEIRO DE POLIMA.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA lembrou que já anteriormente levantou o problema dos pilares de pedra que existiam, dificultando o acesso às casas por parte de viaturas em caso de emergência e passado este tempo tudo está exactamente na mesma, continuando a rotunda principal de acesso ao bairro a servir de parque de estacionamento de viaturas, quando existem passeios e áreas que poderiam servir para esse fim. Por outro lado, depara-se na zona uma construção que está inacabada e que é um perigo para as crianças porque não está devidamente vedada tendo aliás já sido denunciada essa situação.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA informou que esse assunto foi tratado por si com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana juntamente com a população local e o que foi estabilizado foi aquilo que, de bom senso, todos consideraram ser melhor. Ou seja, não há um acesso directo alcatroado, ficou o acesso empedrado, mas com a possibilidade de se poder passar de carro, nomeadamente pelos moradores.

3- CONTROLO DOS PROCESSOS URBANÍSTICOS.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA referiu que num dos pontos referentes a processos de inquérito, é relatada uma situação de desaparecimento de processos urbanísticos. Trata-se portanto de uma matéria relacionada com o controle dos processos, principalmente relativamente a demolições que desaparecem e não há qualquer tipo de responsabilidade, e aquilo que realmente verifica é que fica uma boa dezena de funcionários da Câmara como suspeitos relativamente ao desaparecimento de processos, e entende que

deveria de existir outro tipo de controle, por exemplo um regulamento de controle de utilização dos processos. Aliás chegou a haver uma situação em que uma responsável dos serviços enviou um mail a toda a gente a perguntar onde é que estava um determinado conjunto de processos porque não se sabia do paradeiro deles. Nesse sentido, propunha que se efectuasse um controlo mais apertado ao controle dos processos, com vídeo-vigilância, com a guarda dos processos a indivíduos minimamente responsáveis, não permitindo que qualquer pessoa tenha acesso aos processos.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA disse repudiar o teor da intervenção do Sr. Vereador e nesse sentido, solicitava-lhe que indicasse o número de um processo de urbanismo que tenha desaparecido. Por outro lado, entende que fica mal colocar "porcaria na ventoinha" sem estar a identificar exactamente do que é que se trata. O que o Sr. Vereador fez foi lançar um labéu de acusação generalizado sobre todos os funcionários da Câmara sem concretizar rigorosamente nada, quando é sabido que tudo o que é controlo de processos de urbanismo sofreu melhorias substanciais, e desconhece processos que tenham sido extraviados. O que se dizia é que haviam processos que estavam extraviados, mas que entretanto apareceram. Portanto não se pode estar a dizer que desaparecem processos no Urbanismo, porque de facto isso não acontece. Ainda para mais dando-se a entender que pode haver algum interesse em que desapareçam processos no Urbanismo quando não há interesse algum que isso aconteça. Portanto e em síntese, se o Sr. Vereador tem algum caso em concreto, diga qual é. Sobre regulamentos pode propô-los. Da sua parte já introduziu uma alteração que pensa ser importante que é a criação de um selo exactamente para garantir uma maior eficácia a nível dos processos. Por outro lado, permitiu-se o acesso aos processos através da Internet, para que as pessoas se possam inteirar da forma como se encontra o seu processo. Portanto falar em generalidades da forma como falou é de uma grande irresponsabilidade e, acima de tudo, de uma grande injustiça para com os funcionários da Câmara.

O SR. VEREADOR PEDRO MENDONÇA lembrou que na ordem de trabalhos desta reunião vem uma proposta de um processo de demolição que desapareceu que envolve o DPM e o Urbanismo e já vieram a reunião casos de processos que desapareceram. Quando levanta este problema é exactamente porque de vez em quando surgem situações de desaparecimento de processos de demolição. Não lhe parece ser muito normal de quando em vez surgirem mails a pedirem para que as pessoas averiguem se têm um determinado processo porque não se sabe dele. Levantou exactamente este problema porque nesta reunião aparece uma situação de um rol de indivíduos sobre quem acaba por cair a suspeição sobre o desaparecimento de processos e é nesse sentido que alertou para a necessidade de reforçar as medidas cautelares.

4- COMEMORAÇÃO DO DIA MUNICIPAL DOS BOMBEIROS.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA informou que se comemorou ontem esta efeméride e queria enaltecer, na pessoa do Sr. Presidente, o facto de ter sido condecorado com a Medalha de Ouro da Liga dos Bombeiros Portugueses, em reconhecimento do serviço que a Câmara tem prestado às corporações de bombeiros.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA propôs que a Câmara Municipal agradecesse à Liga dos Bombeiros o reconhecimento de que esta Câmara foi alvo por parte daquela entidade pelo apoio crescente que esta Câmara tem dado aos bombeiros. Salientava que a Medalha foi atribuída não a si, mas à Câmara Municipal, e foi-lhe entregue a si atendendo a que estava nesta cerimónia naturalmente a representar o Município e foi nesse contexto que a recebeu.

5- FEIRA DE HELICÓPTEROS NO AERÓDROMO DE CASCAIS - HELITECH.

O SR. VEREADOR MANUEL DE ANDRADE procedeu à distribuição pelo executivo de um folheto sobre a realização deste evento que terá lugar a partir do próximo dia 14. Solicitava que os Srs. Vereadores que estejam interessados em visitar a feira lhe comunicassem, visto que ela é dedicada exclusivamente a profissionais, havendo restrições ao acesso.

6- SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA manifestou a sua perplexidade e grande preocupação perante a situação financeira do País. Como certamente estarão recordados, o Senhor Ministro das Finanças veio lançar o labéu de caloteiros sobre todos os municípios portugueses em declaração pública proferida na televisão há uns meses atrás, dizendo que os municípios deviam muito dinheiro aos seus fornecedores. Mas não concretizou ou especificou nenhum em concreto e podia tê-lo feito, nomeadamente a Câmara de Lisboa, por razões obviamente alheias à vontade do actual presidente. Mas, de facto, na insinuação que fez, não precisou de que Câmaras estava a falar e obviamente o cidadão em geral terá ficado convencido que os municípios são todos caloteiros! Então, muito generosamente, explicou que tinha um instrumento fantástico para resolver os problemas dos credores, qual fosse o de emprestar dinheiro às Câmaras a longo prazo, para que elas, por sua vez, pudessem pagar a curto prazo aos fornecedores. Na altura reagiu dizendo que nem todos os municípios estão nessa situação; alguns têm uma situação mais desafogada que outros; não é da sua responsabilidade e não lhe compete saber da situação particular dos outros municípios, mas de qualquer modo sabe que há muitas câmaras que estão a pagar a 30 ou a 60 dias aos seus fornecedores e portanto a afirmação do Ministro foi inapropriada, injusta e perversa. Neste momento, a Câmara Municipal de Cascais é credora do Governo de sete milhões de Euro, dos quais cerca de quatro têm a ver com o Instituto de Turismo e respeitam a verbas que este recebe prontamente da concessionária do jogo e que deveria ser a fiel depositária e que só

pode aplicar, nos termos da lei, em projectos de desenvolvimento turístico em Cascais. Por outro lado, a Administração Regional de Saúde deve cerca de seiscentos mil Euro relativos à construção dos Centros de Saúde; a Direcção Regional de Educação de Lisboa deve um milhão e cem mil Euro, e em matéria de Habitação Social o antigo INH deve um milhão, cento e oitenta mil Euro. Isto começa a ser preocupante e revela uma situação difícil do Governo. Isto mais grave se torna se disser que a Junta de Turismo da Costa do Estoril é também credora de verbas na ordem dos quatro milhões de Euro. Neste caso, enquanto que na Câmara, por força de uma situação financeira que neste último período lhe tem permitido acorrer aos fornecedores que estão à espera destes pagamentos, o mesmo não acontece com a Junta de Turismo que não tem disponibilidade financeira e, de resto, foi extinta e está em fase de liquidação e já começa a ter problemas gravíssimos com entidades internacionais de reputação conhecida, nos quais a Junta colocou publicidade e pura e simplesmente não está a pagar e nem tem previsão de quando é que vai receber esses dinheiros para o fazer. Mais grave se torna quando uma empresa municipal -a ESUC- aguarda também que lhe paguem cerca de um milhão de Euro. Face a esta situação, pediu audiência ao Senhor Ministro das Finanças e se este não lha conceder e entender remetê-lo para o Secretário de Estado como fez a propósito de outras matérias -o que compreende- pedirá audiência ao Senhor Primeiro-Ministro. Se não receber em prazo útil resposta, não deixará de promover uma conferência de imprensa porque se se adicionar isto -e não queria estabelecer uma encenação persecutória do Governo em relação ao Município de Cascais por razões de natureza política- ao facto de terem retirado a posição natural, desejável e fundamental que Cascais possuía na Comissão Directiva do Parque Natural de Sintra-Cascais, depois de terem extinto a Junta de Turismo da Costa do Estoril, depois de terem negado a possibilidade de alteração ao Plano de Ordenamento do Parque Natural para viabilizar a instalação da Fundação Champallimaud e utilizarem exactamente o mesmo argumento que negaram a Cascais para favorecer a mesma situação em Lisboa, começa a achar que é demais e tem de colocar um ponto final de uma forma extremamente enérgica. Entre outras questões que vai suscitar ao Senhor Ministro das Finanças é dizer-lhe que utilize o instrumento que anunciou publicamente para emprestar dinheiro aos municípios para pagarem a fornecedores. Isto é, o Governo que peça esse mesmo dinheiro emprestado aos mesmos bancos e que pague à Câmara e evidentemente que satisfaça os juros. Obviamente que a Câmara -de resto deve dizer que esta matéria no que se refere ao PCO, Portaria do PICTUR, ou seja ao Instituto de Turismo, tem sido motivo de diálogo com o seu presidente, que aliás o recebeu na semana passada, mas que lhe confessou não ter dinheiro para pagar. A Câmara está disponível para encontrar um plano de amortização que seja razoável e que permita ao seu Pelouro das Finanças pagar os ordenados dos funcionários e aos fornecedores, a tempo e horas, e a não ter de aumentar o endividamento municipal por culpa dos atrasos do Governo. Até agora só

falou de projectos aprovados e que só falta pagar. Mas em relação aos projectos que não estão ainda aprovados, está a verificar-se uma situação estranha: realiza-se no próximo mês o Festival Internacional de Cinema e está a ser notificado, depois de muito insistir, que dos seiscentos mil Euro que estavam informados favoravelmente pelos serviços do Instituto de Turismo de Portugal que, afinal, vão dar uma comparticipação de cem mil e dizem isto só agora. Isto é perfeitamente intolerável considerando que, mais uma vez, se está a falar de verbas para as quais há uma dotação de vários milhões de Euro no Instituto de Turismo ainda não utilizados pela Câmara de Cascais e provenientes da concessão do jogo e que não são concorrenciais. Isto é, este dinheiro só pode ser utilizado em Cascais. Ora, que saiba e com todo o respeito pela capacidade discriminatória do Governo de apreciar os projectos e de subsidiá-los ao nível que entender correcto, apesar de tudo gostaria que o Governo se lembrasse que quem foi eleito em Cascais para conhecer do interesse turístico dos empreendimentos, foi o presidente da Câmara de Cascais e os vereadores. Não compreende que um mês antes do evento digam que, afinal, só dão um sexto da verba solicitada, sem argumento que não sejam as dificuldades financeiras. Apesar de tudo, graças à prudência financeira desta Câmara e mormente do Pelouro Financeiro liderado pelo Sr. Vereador Pedro Caldeira Santos e também ao atraso da execução de algumas obras em muitos casos por razões alheias à vontade desta Câmara -por exemplo no campo da rede viária cuja operação burocrática de expropriação de terrenos é um verdadeiro pesadelo- tem sido possível acudir a estes percalços recorrendo ao orçamento municipal, mas é uma situação absolutamente inaceitável e que acarreta, nomeadamente, que a Câmara perca os juros do dinheiro que empata e que de outra forma poderia estar a render no banco.

O SR. VEREADOR PEDRO CALDEIRA SANTOS acrescentou que o anúncio do Governo de baixar os impostos a um ano de eleições infelizmente incide não sobre os impostos que beneficiam a Administração Central, mas sobre os que beneficiam os Municípios e no caso de Cascais implica uma quebra de cerca de oito milhões de Euro no IMI.

O SR. VEREADOR JOÃO SANDE E CASTRO manifestou a sua solidariedade para com o Sr. Presidente da Câmara, não apenas na análise da questão e na forma como o Sr. Presidente tem lidado com ela até aqui, mas também para futuras acções mais enérgicas que entenda desenvolver no futuro, porque não há motivo nenhum para que Cascais esteja a ser prejudicado desta maneira e sobretudo seja prejudicado por uma questão política de não coincidência entre as cores políticas que gerem a Câmara Municipal de Cascais e o Governo, o que é totalmente inaceitável e daí toda a sua solidariedade para alguma acção mais enérgica que o Sr. Presidente entenda tomar.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA disse que gostaria de acrescentar o acto discriminatório do relacionamento do Governo com os municípios em que na Câmara Municipal de Lisboa, para construção de equipamento público, neste caso relacionado com a

saúde, compram-se terrenos à Câmara e pagam-se. Nos outros municípios, requisitam-se os seus terrenos. Neste caso também são valores patrimoniais que acabam por ficar geridos de forma diferente quando o Estado quer fazer equipamento público. Portanto se num caso entende que os deve pagar e acha bem que os pague -no caso da Câmara Municipal de Lisboa para as novas instalações do IPO- no caso de Cascais há terrenos para escolas, centros de saúde, e outros equipamentos públicos da responsabilidade do Estado e que o Governo deveria seguir exactamente o mesmo caminho. Portanto tem vindo a verificar-se cada vez mais e com maior incidência dois pesos e duas medidas no relacionamento do Governo com os diferentes municípios.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA interveio reiterando a sua disponibilidade para acertar a solução para estes problemas em diálogo com o Governo, mas naturalmente não poderá deixar de reagir em defesa dos interesses do Município de Cascais -mesmo que não seja particularmente esse o seu estilo- de uma forma muito enérgica publicamente, primeiro, em relação à Junta de Turismo da Costa do Estoril logo que o processo esteja ultimado em sede de Assembleia da República, visto que há um pedido de ratificação do diploma e aguarda depois de tudo o que fez, do que disse e do que escreveu. Não tendo obtido resposta, nem do Senhor Primeiro-Ministro, nem do Sr. Secretário de Estado do Turismo, não deixará de reagir; em segundo lugar, em relação aos créditos actuará da mesma forma: Aguarda o resultado dos contactos que pediu; no caso de não obter sucesso, terá de publicamente actuar em conformidade. Em relação ao Senhor Ministro do Ambiente, colocou-lhe uma pergunta muito simples: diga-me, por favor, porque é que lhe disse que não permitia excepcionar os dois ou três hectares necessários para a Fundação Champallimaud sedear-se no Guincho, alegando que seria aberta a "caixa de Pandora" em relação a interesses vãos e permite exactamente o mesmo na zona ribeirinha de Lisboa, onde manifestamente os interesses imobiliários serão muito mais ferozes do que em Cascais! E em termos de sensibilidade ambiental, estética, de defesa do património histórico etc., nem falar. Isto independentemente de ter dado os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa por ter conseguido para a cidade a Fundação e ter explicado à Sr^a. Presidente da Fundação que não questiona minimamente a sua decisão de se instalar em Lisboa e não tem qualquer expectativa que possa ser reversível este processo.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA interveio considerando ser de registar o comportamento das oposições quando podem concorrer para este tipo de matérias terem ganho de causa. No caso de Cascais a oposição na altura levantou uma série de questões sobre o local onde se pensava vir a construir a sede da Fundação. No caso de Lisboa, obviamente que o PSD e os seus Vereadores e a Assembleia Municipal tiveram em conta os interesses da cidade de Lisboa e votaram a favor da suspensão do próprio Plano Director Municipal para permitir que pudesse ser construída a sede da Fundação. Portanto há

assuntos que devem extravasar a guerra político-partidária, porque de facto são os interesses do Concelho que ficam melhor ou pior defendidos, consoante se levante um conjunto de dúvidas e questões e na altura do “barulho” que só veio “poluir” uma solução para este assunto ao fim e ao cabo, só veio demonstrar que não tinham capacidade para estar unidos para angariar um investimento desta natureza e deste interesse para o Concelho de Cascais.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA salientou que o Partido Socialista, a nível da Freguesia, se insurgiu, na sua opinião de uma forma perfeitamente disparatada, perante a eventual construção daquela Fundação não no sítio inócuo onde estava previsto, mas ao lado de Oitavos e aí tem de reconhecer, como cascalense e ambientalista, que talvez não fosse uma localização brilhante, mas não era dramática. Agora também tem de reconhecer que, de facto, não ouviu, da parte do Partido Socialista, nem uma palavra em defesa da instalação da Fundação no lugar da Areia, nem ouviu do Partido Socialista uma única palavra a propósito da extinção da Junta de Turismo.

O SR. VEREADOR UMBERTO PACHECO disse não ter por hábito discutir questões da política do Governo em reuniões de Câmara e vai manter essa posição, ou seja, não vai comentar aquilo que acabou de ser dito. O que solicitava é que lhe fosse presente logo que possível o estrato da acta com a discussão desta matéria para que, em sede própria, possa averiguar do problema e da sua natureza e ver em que medida é que se pode resolver ou não pode resolver se houver razões para isso.

O SR. VEREADOR PEDRO CALDEIRA SANTOS disse que Cascais se tem afirmado nos últimos anos e tem recuperado o seu prestígio com uma série de eventos de qualidade e mais uma vez o primeiro ano do Festival de Cinema do Estoril permitiu caracterizar esse evento como um dos que pode trazer para a ribalta o nome de Cascais a nível internacional. Portanto o Pelouro Financeiro não deixará de estudar a possibilidade de se efectuar uma alteração orçamental que permita, caso a notícia que chegue seja aquela que o Sr. Presidente referiu, disponibilizar o dinheiro suficiente para que o evento se possa realizar. Ou seja, o Sr. Presidente pode contar com a solidariedade da área financeira para que, com as poupanças que se têm feito precisamente a nível da despesa de estrutura, se possa mais uma vez financiar este evento cultural da maior importância para o Concelho.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA informou que é sua intenção apresentar os quinhentos mil Euro que faltam à Comissão de Obras, porque nada impede em termos legais faça isso.

O Período de Antes da Ordem do Dia terminou às 10:27

3. DESPACHOS, NOTAS DE SERVIÇO E ORDENS DE SERVIÇO:

3.1. DESPACHOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3.2. NOTAS DE SERVIÇO.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

4. GESTÃO FINANCEIRA:

4.1. PATRIMÓNIO:

4.1.1. CEDÊNCIA GRATUITA AO MUNICÍPIO DE CASCAIS DE QUATRO PARCELAS DE TERRENO COM A ÁREA TOTAL DE 6.218,10M², SITUADAS NO LUGAR DO ROSÁRIO, FREGUESIA DE CASCAIS, POR BF INVEST – FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO, DESTINADO A ARRUAMENTOS, EQUIPAMENTOS E ZONAS VERDES.

*Aprovado por maioria, com 1 voto contra
do Sr. Vereador Humberto Pedras do PS*

4.1.2. ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 68,20M², SITUADA EM OUTEIRO POLIMA, FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE RANA, A MÁRIO SIMÕES EUGÉNIO E OUTROS, DESTINADA A ALINHAMENTO DE LOTÉ.

Aprovado por unanimidade.

4.1.3. CEDÊNCIA GRATUITA AO MUNICÍPIO DE CASCAIS DE DUAS PARCELAS DE TERRENO COM A ÁREA TOTAL DE 695,28 M2, SITUADAS NOS LIMITES DE RANA, LUGAR DE BUZANO, PAREDE, FREGUESIA DA PAREDE, POR CONSTRUÇÕES J.A. CRUZ & FILHOS, LIMITADA, DESTINADAS A ARRUAMENTOS.

*Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador
Ulisses Rebelo do PS*

5. ORDENAMENTO E PLANEAMENTO ESTRATÉGICO:

5.1. APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL DA PROPOSTA DE PLANO DE PORMENOR PARA A INSTALAÇÃO DA SEDE NACIONAL DA BRISA - AUTO ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A.

Voteado em especialidade:

*- Ponto 1: Aprovado com 2 abstenções dos Srs. Vereadores
Ulisses Rebelo do PS e Pedro Queiroga do CDU.*

- Ponto 2: Aprovado por unanimidade.

6. CULTURA:

6.1. FUNDAÇÃO DIOGO D' ÁVILA - PROTOCOLO ENTRE A FUNDAÇÃO DIOGO D' ÁVILA E O MUNICÍPIO DE CASCAIS.

Aprovado por unanimidade.

6.2. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO INTERNO DO FAROL - MUSEU DE SANTA MARTA.

Aprovado por unanimidade.

6.3. DOAÇÃO DE ARTEFACTOS ETNOGRÁFICOS E DOCUMENTAIS AO MUSEU DO MAR - REI D. CARLOS.

Aprovado por unanimidade.

6.4. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

6.4.1. DESPORTIVO DE MONTE REAL - APOIO À AQUISIÇÃO DE PAINÉIS EXPOSITORES - € 1 140,00.

Aprovado por unanimidade.

6.4.2. ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL NOSSA SENHORA DAS NEVES DE MANIQUE DE BAIXO - APOIO À AQUISIÇÃO DE TRAJES PARA O RANCHO FOLCLÓRICO - € 1 000,00.

Aprovado por unanimidade.

6.4.3. SOCIEDADE INSTRUÇÃO E RECREIO DE JANES E MALVEIRA - APOIO À REALIZAÇÃO DE CONCERTOS NO ÂMBITO DO X FESTIVAL INTERNACIONAL DE BANDAS DE CASCAIS - € 1 900,00.

Aprovado por unanimidade.

6.4.4. GRUPO SOLIDARIEDADE MUSICAL E DESPORTIVA DE TALAÍDE - APOIO À REALIZAÇÃO DE CONCERTO NO ÂMBITO DO X FESTIVAL INTERNACIONAL DE BANDAS DE CASCAIS - € 780,00.

Aprovado por unanimidade.

6.4.5. VOCAL DA CAPO - APOIO A CONCERTO COM O GRUPO AUDIENDA CHOR DE KREFELD - ALEMANHA - ASSOCIAÇÃO CORAL DE CARCAVELOS - € 780,00.

Aprovado por unanimidade.

6.4.6. ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS - APOIO AO PROJECTO ÓPERA LUSITÂNIA 2007/2008 - € 15.740,00.

Aprovado por unanimidade.

6.4.7. ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS -APOIO AO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE CASCAIS - € 20.000,00.

Aprovado por unanimidade.

6.4.8. ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS - APOIO À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA O CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE CASCAIS - € 20.000,00.

Aprovado por unanimidade.

6.4.9. ASSOCIAÇÃO REMAR PORTUGUESA - ASSOCIAÇÃO REABILITAÇÃO DE MARGINAIS -APOIO AO PROJECTO NOVOS ACTORES - € 20.000,00.

Aprovado por unanimidade.

6.4.10. MISO MUSIC PORTUGAL - APOIO AO SOND'AR-TE ELECTRIC ENSEMBLE - € 20.000,00.

Aprovado por unanimidade.

7. EDUCAÇÃO:

7.1. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

7.1.1. ESCOLAS SECUNDÁRIAS E AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS - PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE - € 20.412,00.

Aprovado por unanimidade.

7.1.2. ESCOLAS SECUNDÁRIAS E AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO - PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS EDUCATIVOS - € 64.263,00.

Aprovado por unanimidade.

7.1.3. COOPERATIVA TORREGUIA - LUDOTECA DA ADROANA - € 10.000,00.

Aprovado por unanimidade.

7.1.4. ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DE EUROPA - PROGRAMA ECO-ESCOLAS - € 600,00.

Aprovado por unanimidade.

7.1.5. PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO - ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA TRANSPORTES - € 6.000,00.

Aprovado por unanimidade.

7.1.6. PROGRAMA ALIMENTAR - ACERTO DE CONTAS DO 3º PERÍODO 2007/2008 E ESTIMATIVA PARA O 1º PERÍODO DO ANO LECTIVO DE 2008/2009 - € 295.248,13.

Aprovado por unanimidade.

7.1.7. JUNTA DE FREGUESIA DE ALCABIDECHE E COOPERATIVA TORREGUIA - REDE CONCELHIA DE LUDOTECAS - € 38.000,00.

Aprovado por unanimidade.

7.1.8. ESCOLA PROFISSIONAL DE TEATRO DE CASCAIS - EQUIPAMENTO, OBRAS DE REMODELAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE JANELAS - € 50.000,00.

Aprovado por unanimidade.

**7.1.9. AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS - REFORMULAÇÃO DA REDE
INFORMÁTICA - € 30.600,00.**

Aprovado por unanimidade.

**7.1.10. ABLA - ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA LUSO-ALEMÃ -
COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA - ANIMAÇÃO SÓCIO EDUCATIVA - €
5.700,00.**

Aprovado por unanimidade

**7.1.11. AGRUPAMENTO JOÃO DE DEUS - TRANSPORTE DAS
CRIANÇAS DA EB1 MONTE ESTORIL - € 16.000,00.**

Aprovado por unanimidade.

**7.1.12. ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL NOSSA SENHORA DA
ASSUNÇÃO - PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS AES À AISA - €
1.380,00.**

Aprovado por unanimidade.

**7.1.13. PROVÍNCIA PORTUGUESA SOCIEDADE SALESIANA
CORPORAÇÃO MISSIONÁRIA - PARA PAGAMENTO DE TRANSPORTE A
ALUNOS DA ESCOLA SALESIANA DE MANIQUE - € 15.100,00.**

Aprovado por unanimidade.

7.1.14. JUNTAS DE FREGUESIA DE CASCAIS, CARCAVELOS, ALCABIDECHE E ESTORIL PARA - APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - € 3.724,00.

Aprovado por unanimidade.

8. DESPORTO:

8.1. CASCAIS ACTIVO – É DESPORTO NA ESCOLA 2008/09 – PROGRAMA DE ACTIVIDADES.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

8.2. ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GRUPO RECREATIVO E DRAMÁTICO 1º MAIO DE TIRES.

Aprovado por unanimidade.

8.3. ANULAÇÃO DE VALORES – PROJECTO DA PISCINA DOS BOMBEIROS DE CASCAIS – SUBSÍDIO APROVADO PARA RECONHECIMENTO GEOTÉCNICO.

Aprovado por unanimidade, não tendo participado na discussão e votação a Sr. Vereadora Ana Clara Justino.

8.4. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

8.4.1. MANHÃS DO PAREDÃO – CASCAIS ACTIVO, EVENTOS ESPECIAIS – ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES - RECTIFICAÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE DESPORTOS DE AVENTURA DESNÍVEL - € 2.400,00.

Retirado

8.4.2. GRUPO DRAMÁTICO E SPORTIVO DE CASCAIS - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS – PROTOCOLO PAVILHÃO GUILHERME PINTO BASTO - € 50.000,00.

Aprovado por unanimidade.

8.4.3. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CLUBE DE FUTEBOL DE SASSOEIROS – CONSTRUÇÃO PAVILHÃO DESPORTIVO E SEDE SOCIAL – € 250.000,00.

Aprovado por unanimidade.

8.4.4. CENTRO RECREATIVO E CULTURAL QUINTA DOS LOMBOS - ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES E EVENTOS NO PAVILHÃO DESPORTIVO DOS LOMBOS – € 20.215,00.

Aprovado por unanimidade.

8.4.5. GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DAS FONTAINHAS DE CASCAIS - PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2007/2008 – APOIO A BENEFICIAÇÃO DE INSTALAÇÕES - € 1.176,00.

Aprovado por unanimidade.

8.4.6. DESPORTIVO MONTE REAL - PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2008/2009 – APOIO À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - € 3.267,00.

Aprovado por unanimidade.

8.4.7. GRUPO SPORTIVO DE CARCAVELOS - PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2008/2009 – APOIO À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - € 2.874,53.

Aprovado por unanimidade.

8.4.8. GRUPO DESPORTIVO CMR DOS DEFICIENTES DE ALCOITÃO - PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2008/2009 – APOIO À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - € 5.000,00.

Aprovado por unanimidade.

8.4.9. ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM DE LISBOA - PROGRAMA APOIO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2007/08 – APOIO ÀS ACTIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES -€ 2.918,00.

Aprovado por unanimidade.

8.4.10. ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE LISBOA - PROGRAMA APOIO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2007/08 - APOIO ÀS ACTIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES - € 2.000,00.

Aprovado por unanimidade.

8.4.11. PAREDE FUTEBOL CLUBE - PROVAS NACIONAIS / INTERNACIONAIS - € 1.500,00.

Aprovado por unanimidade.

8.4.12. FEDERAÇÃO DE TRIATLO DE PORTUGAL - PROVAS NACIONAIS / INTERNACIONAIS - € 10.000,00.

Aprovado por unanimidade.

9. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-TERRITORIAL:

9.1. REDE SOCIAL E IGUALDADE DE GÉNERO:

9.1.1. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

9.1.1.1. CERCICA - APOIO À ACÇÃO DE FORMAÇÃO SOBRE IGUALDADE DE GÉNERO - € 225,00.

Aprovado por unanimidade.

9.1.1.2. COOPERATIVA PARA COBRIR DESPESAS COM ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO/FORMAÇÃO - € 800,00.

Aprovado por unanimidade.

9.2. INTERVENÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL:

9.2.1. RECTIFICAÇÃO À PROPOSTA 187/2008, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 11.02.2008, PONTO 18.6, REFERENTE À ATRIBUIÇÃO DE 1 FOGO DE ARRENDAMENTO A AGREGADO FAMILIAR DO BAIRRO DO FIM DO MUNDO NO EMPREENDIMENTO DE MATOSCHEIRINHOS.

Aprovado por unanimidade.

9.2.2. RECTIFICAÇÃO À PROPOSTA Nº 973/2008, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 14.07.2008, PONTO 12.2, REFERENTE À ATRIBUIÇÃO DE 1 FOGO DE ARRENDAMENTO A AGREGADO FAMILIAR DO BAIRRO DO FIM DO MUNDO.

Aprovado por unanimidade.

9.2.3. ATRIBUIÇÃO DE 1 FOGO DE ARRENDAMENTO A CRISTOVÃO FORMOSO DA SILVA E LOLA ANTÓNIA DARINA CAULUCÓ.

Aprovado por unanimidade.

9.2.4. ATRIBUIÇÃO DE 1 FOGO DE ARRENDAMENTO NO EMPREENDIMENTO DA ADROANA A JOSÉ RIBEIRO DE CARVALHO.

Aprovado por unanimidade.

9.2.5. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

9.2.5.1. IDEIA – O NOSSO SONHO - PARA DAR CONTINUIDADE DO PROJECTO, JOVENS EM ACÇÃO - € 10.000,00.

aprovado por unanimidade.

9.2.5.2. JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA – PARA CONTINUIDADE DO PROJECTO “ESCOLA PARA A COMUNIDADE” - € 10.900,00.

aprovado por unanimidade

9.2.5.3. CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - PARA FORMAÇÕES - € 19.000,00.

aprovado por unanimidade.

9.2.5.4. TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PELA TECNOLOGIA, ENGENHARIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL - PARA O DESENVOLVIMENTO NO ÂMBITO DO EIXO IV DA DIST – EQUIPA 3 – INTERVENÇÃO COM JOVENS - € 24.550,00.

Retirado.

9.2.5.5. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DOS BAIROS DA TORRE E CRUZ DA GUIA -PARA DINAMIZAÇÃO DA FESTA DO MAGUSTO - € 1.300,00.

Aprovado por unanimidade.

9.2.5.6. GADS – GRUPO DE APOIO E DESAFIO À SIDA NO ÂMBITO DO EIXO IV DA DIST – EQUIPA 3 – INTERVENÇÃO COM JOVENS - € 5.000,00.

Aprovado por unanimidade.

9.3. DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

9.3.1. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

9.3.1.1. LPDM – LIGA PORTUGUESA DOS DEFICIENTES MOTORES, DESTINADO AO APOIO NA ACÇÃO DE FORMAÇÃO SOBRE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO, NO ÂMBITO DO AEDI – ANO EUROPEU DO DIÁLOGO INTERCULTURAL - € 175,00.

Aprovado por unanimidade.

9.3.1.2. DIVERSAS INSTITUIÇÕES DO CONCELHO NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE APOIO DOMICILIÁRIO (PLATAFORMA SAD+) – € 97.950,00.

Aprovado por unanimidade.

9.3.1.3. ASSOCIAÇÃO BEM-HAJA.NET PARA MANUTENÇÃO DO SITE DA CPD EM WWW.CPDCASCAIS.ORG RELATIVAMENTE AO ANO 2008 - € 300,00.

Aprovado por unanimidade.

9.3.1.4. ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CARCAVELOS - SÃO DOMINGOS DE RANA NO ÂMBITO DA PARCERIA NO PROGRAMA MUNICIPAL PRAIA PARA TODOS – TIRALÔ 2008 - € 16.200,00.

Aprovado por unanimidade.

9.3.1.5. CERCICA NO ÂMBITO DA PARCERIA NO PROGRAMA MUNICIPAL PRAIA PARA TODOS – TIRALÔ - € 1.150,80.

Aprovado por unanimidade.

9.3.1.6. ASSOCIAÇÃO JERÓNIMO USERA PARA APOIO NA CONSTRUÇÃO DO NOVO CENTRO POLIVALENTE – € 69.940,00.

Aprovado por unanimidade.

10. ASSUNTOS JURÍDICOS:

10.1. PROCESSO DE INQUÉRITO RELACIONADO COM FACTOS DESCRITOS NA INFORMAÇÃO DA DIS Nº 64/08 - NOMEAÇÃO DE INQUIRIDOR.

Aprovado por unanimidade.

10.2. PROCESSO DE INQUÉRITO RELACIONADO COM FACTOS DESCRITOS NA CARTA APRESENTADA SOB O Nº E- GERAL 17792/08 - NOMEAÇÃO DE INQUIRIDOR.

Aprovado por unanimidade.

10.3. PROCESSO DE AVERIGUAÇÕES RELACIONADO COM FACTOS DESCRITOS NA CARTA APRESENTADA SOB O Nº E- GERAL 11560/08 - NOMEAÇÃO DE INQUIRIDOR.

*Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador
Pedro Caldeira Santos do PSD.*

10.4. PROCESSO DE INQUÉRITO RELACIONADO COM O DESAPARECIMENTO DE PROCESSOS DE DEMOLIÇÃO 288/05 E 427/03 - RELATÓRIO FINAL.

*Aprovado com 3 abstenções dos Srs. Vereadores,
Amélia Pacheco, Carla Valente de Almeida e
Pedro Fernandes.*

10.5. PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADO CONTRA ANTÓNIO MANUEL DIAS. - RELATÓRIO FINAL.

Aprovado por unanimidade.

10.6. PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADO CONTRA VIRGÍLIO HENRIQUE RODRIGUES CHANÇA, POR FALTA DE ASSIDUIDADE - RELATÓRIO FINAL.

*Efectuada reunião secreta, a proposta
foi aprovada com 6 votos a favor e 4 abstenções.*

11. PROTECÇÃO CIVIL:

11.1. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

11.1.1. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DOS ESTORIS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE DESENCARCERAMENTO - € 46.235,72.

Aprovado por unanimidade.

11.1.2. APOIO À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTECÇÃO INDIVIDUAL PARA OS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE CASCAIS - SUBSÍDIO A ATRIBUIR À ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASCAIS, POR ESTAR A EXERCER A FUNÇÃO DE SECRETARIADO DAS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS DO CONCELHO - € 65.000,00.

Aprovado por unanimidade.

12. DIVERSOS:

12.1. ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS GUIA E TRAJOUCE NOS DIAS 1, 2 E 3 DE NOVEMBRO 2008.

Aprovado por unanimidade.

12.2. EMGHA- EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE CASCAIS, EPM - ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS.

*Aprovado em 2 assistências do Sr. Vereador
Luís Roberto Pacheco do PS e Pedro Queiroz da CDU.*

12.3. ATRIBUIÇÃO DE ABONO POR FALHAS ÀS FUNCIONÁRIAS AFECTAS AO PAC – POSTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO.

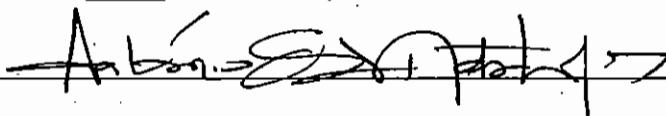
Apurado por manunidade.

13.INFORMAÇÕES:

13.1. BIBLIOGRAFIA CASCALENSE NA BIBLIOTECA ALEXANDRINA, EGIPTO.

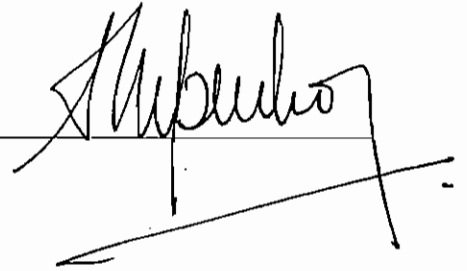
A Câmara Municipal tem em anexo.

Às 11 horas e 44 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião.

Eu,  a subscrevi.

O Presidente

ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO



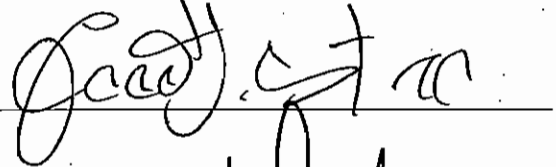
Os Vereadores

FERNANDO JOSÉ DE VASCONCELOS ARROBAS DA SILVA

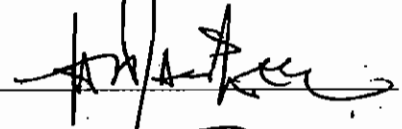
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS



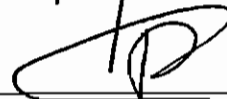
JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO



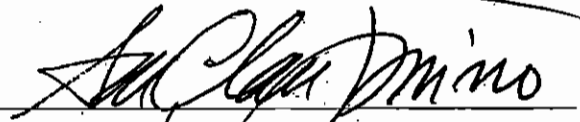
UMBERTO PEREIRA PACHECO



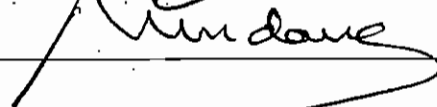
PEDRO LUÍS CONDE CALDEIRA SANTOS



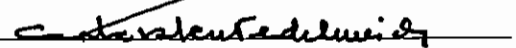
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO



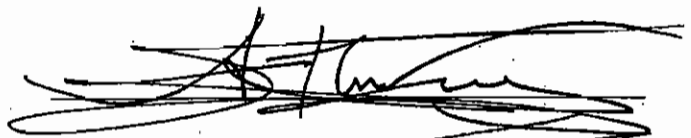
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA



MARIA CARLA DE CARVALHO VALENTE DE ALMEIDA



ARTUR MARTINS FERREIRA



MANUEL HENRIQUES BRIGUE FERREIRA DE ANDRADE

